



CÓD: SL-109JL-22  
7908433225119

# **SEDUC-GO**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
DO ESTADO DE GOIÁS**

## **Professor Nível III - História**

**EDITAL Nº 007 – SEAD/SEDUC, DE 15 DE JULHO DE 2022**

## ***Língua Portuguesa***

1. Compreensão E Interpretação De Textos De Gêneros Variados. Reconhecimento De Tipos E Gêneros Textuais. . . . .	9
2. Domínio Da Ortografia Oficial . . . . .	22
3. Domínio Da Estrutura Morfossintática Do Período. Emprego Das Classes De Palavras. Emprego De Tempos E Modos Verbais . . . . .	23
4. Relações De Coordenação Entre Orações E Entre Termos Da Oração. Relações De Subordinação Entre Orações E Entre Termos Da Oração . . . . .	28
5. Emprego Dos Sinais De Pontuação . . . . .	30
6. Concordância Verbal E Nominal . . . . .	31
7. Regência Verbal E Nominal . . . . .	32
8. Emprego Do Sinal Indicativo De Crase . . . . .	32
9. Colocação Dos Pronomes Átonos . . . . .	33
10. Domínio Dos Mecanismos De Coesão Textual. Emprego De Elementos De Referência, Substituição E Repetição, De Conectores E De Outros Elementos De Sequenciação Textual . . . . .	34
11. Reescrita De Frases E Parágrafos Do Texto. Substituição De Palavras Ou De Trechos De Texto. Reorganização Da Estrutura De Orações E De Períodos Do Texto. Reescrita De Textos De Diferentes Gêneros E Níveis De Formalidade. . . . .	34
12. Significação Das Palavras . . . . .	35
13. Correspondência Oficial (Conforme Manual De Redação Da Presidência Da República). Aspectos Gerais Da Redação Oficial. Finalidade Dos Expedientes Oficiais. Adequação Da Linguagem Ao Tipo De Documento. Adequação Do Formato Do Texto Ao Gênero . . . . .	36

## ***Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política E Econômica Do Estado De Goiás E Do Brasil***

1. Formação Econômica De Goiás: A Mineração No Século Xviii, A Agropecuária Nos Séculos Xix E Xx, A Estrada De Ferro E A Modernização Da Economia Goiana, As Transformações Econômicas Com A Construção De Goiânia E Brasília, Industrialização, Infraestrutura E Planejamento. . . . .	47
2. Modernização Da Agricultura E Urbanização Do Território Goiano. . . . .	49
3. A População Goiana: Povoamento, Movimentos Migratórios E Densidade Demográfica. . . . .	53
4. Economia Goiana: Industrialização E Infraestrutura De Transportes E Comunicação. . . . .	59
5. As Regiões Goianas E As Desigualdades Regionais. . . . .	59
6. Aspectos Físicos Do Território Goiano: Vegetação, Hidrografia, Clima E Relevô. . . . .	64
7. Aspectos Da História Política De Goiás: A Independência Em Goiás, O Coronelismo Na República Velha, As Oligarquias, A Revolução De 1930, A Administração Política De 1930 Até Os Dias Atuais. . . . .	66
8. Aspectos Da História Social De Goiás: O Povoamento Branco, Os Grupos Indígenas, A Escravidão E Cultura Negra, Os Movimentos Sociais No Campo E A Cultura Popular. . . . .	71
9. Atualidades Econômicas, Políticas E Sociais Do Brasil, Especialmente Do Estado De Goiás. . . . .	74
10. Constituição Do Estado De Goiás De 05 De Outubro De 1.989. . . . .	75

## ***Ética***

1. Ética E Moral. . . . .	131
2. Ética, Princípios E Valores. . . . .	131
3. Ética E Democracia: Exercício Da Cidadania. . . . .	132
4. Ética E Função Pública. . . . .	133
5. Ética No Setor Público. . . . .	135

## ***Temas Educacionais E Pedagógicos***

1. Planejamento E Organização Do Trabalho Pedagógico. Processo De Planejamento: Concepção, Importância, Dimensões E Níveis. Planejamento Participativo: Concepção, Construção, Acompanhamento E Avaliação. Planejamento Escolar: Planos Da Escola, Do Ensino E Da Aula . . . . .	139
2. Currículo: Do Proposto À Prática . . . . .	144
3. Tecnologias Da Informação E Comunicação Na Educação. . . . .	149
4. Educação A Distância . . . . .	154
5. Educação Para A Diversidade, Cidadania E Educação Em E Para Os Direitos Humanos . . . . .	156
6. Educação Integral . . . . .	160
7. Educação Do Campo. . . . .	163
8. Educação Ambiental . . . . .	163
9. Fundamentos Legais Da Educação Especial/Inclusiva E O Papel Do Professor . . . . .	164
10. Educação/Sociedade E Prática Escolar . . . . .	176
11. Tendências Pedagógicas Na Prática Escolar . . . . .	180
12. Didática E Prática Historicocultural. A Didática Na Formação Do Professor . . . . .	183
13. Aspectos Pedagógicos E Sociais Da Prática Educativa, Segundo As Tendências Pedagógicas. . . . .	195
14. Coordenação Pedagógica. Coordenação Pedagógica Como Espaço De Formação Continuada . . . . .	198
15. Processo Ensino-Aprendizagem. . . . .	201
16. Relação Professor/Aluno . . . . .	207
17. Compromisso Social E Ético Do Professor. . . . .	208
18. Componentes Do Processo De Ensino: Objetivos; Conteúdos; Métodos; Estratégias Pedagógicas E Meios . . . . .	209
19. Interdisciplinaridade E Transdisciplinaridade Do Conhecimento . . . . .	211
20. Avaliação Escolar E Suas Implicações Pedagógicas . . . . .	212
21. O Papel Político Pedagógico E Organicidade Do Ensinar, Aprender E Pesquisar. Função Histórico-Cultural Da Escola. Escola: Comunidade Escolar E Contextos Institucional E Sociocultural. Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Concepção, Princípios E Eixos Norteadores. . . . .	214
22. 5 Políticas Educacionais E A Construção Da Escola Pública Brasileira. . . . .	228
23. Súmulas Vinculantes Do Supremo Tribunal Federal Relativas Ao Direito Processual Do Trabalho . . . . .	234
24. Documento Curricular Para Goiás – Dcgo. . . . .	234
25. Base Nacional Curricular Comum – Bncc . . . . .	234

## ***Conhecimentos Específicos*** ***Professor Nível III - História***

1. Ensino De História: Saber Histórico Escolar, Seleção E Organização De Conteúdos Históricos, Metodologias Do Ensino De História, Trabalho Com Documentos E Diferentes Linguagens No Ensino De História. . . . .	1
2. O Período Pré Histórico: Teorias, Primeiros Grupamentos Humanos E Sítios Arqueológicos . . . . .	1
3. História Do Brasil E A Construção De Identidades: Historiografia Brasileira E A História Do Brasil – Da Ocupação Indígena Ao Mundo Contemporâneo . . . . .	3
4. História Africana E Suas Relações Com A Europa E A América . . . . .	3
5. Economia, Sociedade E Cultura Na Antiguidade: As Primeiras Civilizações Do Oriente, A Civilização Grega E A Romana. . . . .	6
6. A Idade Média: A Formação Da Europa Medieval, A Igreja, O Feudalismo, A Baixa Idade Média E Transição Para O Capitalismo . . . . .	19
7. A Europa Moderna: Absolutismo, Expansão Marítima, Mercantilismo, Renascimento E Reforma . . . . .	25
8. A América Antes Dos Europeus: Populações Nativas, Organização Social E Cultural . . . . .	30
9. Brasil Colônia: A Sociedade Colonial, Economia E Escravidão, Os Jesuítas E A Ação Da Igreja, Expansão Territorial (Bandeiras, Pecuária, Mineração, Tratados Etc); A Crise Do Sistema Colonial No Brasil: Rebeliões Locais E O Processo De Emancipação Política. . . . .	32
10. A Afirmação Do Capitalismo E Do Liberalismo: Iluminismo, Revolução Industrial, Revolução Francesa, Ideologias Do Século Xix (Liberalismo, Socialismo Utópico E Científico, Doutrina Social Da Igreja, Anarquismo E A Nova Sociedade Do Trabalho. . . . .	37
11. Brasil Republicano (República Velha, Era Vargas, Populismo, Ditadura Civil Militar, Redemocratização E Contemporaneidade . . . . .	50
12. Mundo Contemporâneo: Da Primeira Guerra Mundial À Globalização . . . . .	66
13. História De Goiás: História Dos Povos Originários Em Goiás. Bandeirantes E Bandeiras Em Goiás. Escravidão E O Ciclo Do Ouro Em Goiás Formação Econômica De Goiás: A Mineração No Século Xviii, A Agropecuária Nos Séculos Xix E Xx, A Sociedade Agropecuária Em Goiás, A Estrada De Ferro E A Modernização Da Economia Goiana. A Primeira República Em Goiás. . . . .	85

14. Aspectos Da História Social De Goiás: O Povoamento Branco, Os Grupos Indígenas, A Escravidão E Cultura Negra, Os Movimentos Sociais No Campo E A Cultura Popular. A Revolução De 30 Em Goiás. As Transformações Econômicas Com A Construção De Goiânia E Brasília, Industrialização, Infraestrutura E Planejamento. Ditadura Militar Em Goiás. Modernização Da Agricultura E Urbanização Do Território Goiano. . . . .	86
15. Aspectos Da História Política De Goiás: A Independência Em Goiás, O Coronelismo Na República Velha, As Oligarquias, A Revolução De 1930, A Administração Política De 1930 Até Os Dias Atuais . . . . .	91
16. A Arquitetura E A Cultura Colonial Em Goiás . . . . .	95
17. População Goiana: Povoamento, Movimentos Migratórios E Densidade Demográfica . . . . .	98
18. As Regiões Goianas E As Desigualdades Regionais . . . . .	104
19. Economia Goiana: Industrialização E Infraestrutura De Transportes E Comunicação . . . . .	108
20. A Redemocratização Em Goiás . . . . .	110

## **Material Digital**

### **Bases Legais Da Educação Nacional E Estadual**

1. Constituição Federal, Capítulo Iii Da Educação, Da Cultura E Do Desporto, Seção I Da Educação. . . . .	3
2. Lei Nº 9.394/1996 (Lei Diretrizes E Bases Da Educação Nacional).. . . . .	6
3. Políticas Públicas Para A Educação Básica. . . . .	21
4. Plano Nacional De Educação (Pne 2014-2024). . . . .	27
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Básica. . . . .	42
6. Currículo Em Movimento Da Educação Básica – Pressupostos Teóricos.. . . . .	48
7. Lei Nº 11.738 De 16 De Julho De 2.008 – Regulamenta A Alínea “E” Do Inciso Iii Do Caput Do Art. 60 Do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, Para Instituir O Piso Salarial Profissional Nacional Para Os Profissionais Do Magistério Público Da Educação Básica. . . . .	72
8. Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 2001: Estatuto E Planos De Cargos E Vencimentos Do Quadro Do Magistério. . . . .	72
9. Lei Nº 18.969 De 22 De Julho De 2015: Aprova O Plano Estadual De Educação Para O Decênio 2015-2025. . . . .	99
10. Lei Nº 20.157 De 27 De Junho De 2018: Introduz Alterações Na Lei Nº 13.909, De 25/09/2001 Relativo Ao Estágio Probatório . . . . .	100
11. Lei Nº 20.115 De 06 De Junho De 2018: Processo De Escolha Democrática De Diretor De Unidade Escolar Da Rede Pública De Educação Básica. . . . .	102
12. Lei Nº 20.422 De 07 De Março De 2019: Institui No Âmbito Da Seduc O Programa Auxílio-Alimentação.. . . . .	107
13. Lei Nº 20.756 De 28 De Janeiro De 2020: Dispõe Sobre O Regime Jurídico Dos Servidores Cívicos Públicos Do Estado De Goiás. (Revoga A Lei Nº 10.460 De 22 De Fevereiro De 1988: Estatuto Dos Funcionários Públicos Cívicos Do Estado De Goiás) . . . . .	108
14. Lei Nº 20.757 De 28 Janeiro De 2020: Altera A Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 09 De 2001: Estatuto E Planos De Cargos E Vencimentos Do Quadro Do Magistério. . . . .	149
15. Lei Nº 20.917 De 21 De Dezembro De 2020: Institui O Programa Educação Plena E Integral E Dá Outras Providências. . . . .	160
16. Lei Nº 21.316: Altera A Lei Nº 20.917, De 21 De Dezembro De 2020, Que Institui O Programa Educação Plena E Integral E Dá Outras Providências. . . . .	162
17. Lei Nº 20.918 De 21 De Dezembro De 2020: Contratação Por Tempo Determinado Para Atender A Necessidade Temporária De Excepcional Interesse Público, Nos Termos Do Art. 92, Inciso X, Da Constituição Do Estado De Goiás. Alterada Pela Lei Nº 21.228 De 5 De Janeiro De 2022 . . . . .	163
18. Lei Nº 21.239 De 12 De Janeiro De 2022 E Lei Nº 20.820 De 04 De Agosto De 2020: Alteram A Lei Nº 20.491 De 25 De Junho De 2019 Que Estabelece A Organização Administrativa Do Poder Executivo (Reforma Administrativa).. . . . .	166
19. Decreto Nº 9.396 De 05 De Fevereiro De 2019: Regulamenta A Avaliação Especial De Desempenho Do Professor Em Estágio Probatório, Do Quadro Do Magistério Público Estadual, Nos Termos Da Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 2001. . . . .	177
20. Decreto Nº 9.423 De 10 De Abril De 2019: Institui O Código De Ética E De Conduta Profissional Do Servidor Na Administração Pública Direta, Autárquica E Fundacional Do Poder Executivo Estadual. . . . .	184
21. Decreto Nº 9.920 De 06 De Agosto De 2021: Aprova O Regulamento Da Secretaria De Estado Da Educação E Dá Outras Providências. . . . .	189

#### **Atenção**

- Para estudar o Conteúdo Digital Complementar e Exclusivo acesse sua “Área do Cliente” em nosso site.

<https://www.editorasolucao.com.br/retificacoes>

### Identificação de efeitos de ironia ou humor em textos variados

#### Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

#### Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

#### Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

#### Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

#### Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



#### Análise e a interpretação do texto segundo o gênero em que se inscreve

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

**Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

**Importância da interpretação**

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

**Diferença entre compreensão e interpretação**

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

**Gêneros Discursivos**

**Romance:** descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

**Conto:** obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

**Novela:** muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias.

O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

**Crônica:** texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

**Poesia:** apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

**Editorial:** texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

**Entrevista:** texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

**Cantiga de roda:** gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

**Receita:** texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

**DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO****Fato**

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

**Interpretação**

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

**Opinião**

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

### ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

**Introdução:** faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

**Desenvolvimento:** elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

**Conclusão:** faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

### NÍVEIS DE LINGUAGEM

#### Definição de linguagem

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo da idade, cultura, posição social, profissão etc. A maneira de articular as palavras, organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

#### Língua escrita e língua falada

A língua escrita não é a simples reprodução gráfica da língua falada, por que os sinais gráficos não conseguem registrar grande parte dos elementos da fala, como o timbre da voz, a entonação, e ainda os gestos e a expressão facial. Na realidade a língua falada é mais descontraída, espontânea e informal, porque se manifesta na conversação diária, na sensibilidade e na liberdade de expressão do falante. Nessas situações informais, muitas regras determinadas pela língua padrão são quebradas em nome da naturalidade, da liberdade de expressão e da sensibilidade estilística do falante.

#### Linguagem popular e linguagem culta

Podem valer-se tanto da linguagem popular quanto da linguagem culta. Obviamente a linguagem popular é mais usada na fala, nas expressões orais cotidianas. Porém, nada impede que ela esteja presente em poesias (o Movimento Modernista Brasileiro procurou valorizar a linguagem popular), contos, crônicas e romances em que o diálogo é usado para representar a língua falada.

#### Linguagem Popular ou Coloquial

Usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos esta dos emocionais etc.

Apesar de todo o empenho que era direcionado para a contenção do contrabando, como a implantação de casas de fundição, isolamento de minas, proibição de utilização de caminhos não oficiais, revistas rigorosas, e aplicação de castigos penosos aos que fossem pegos praticando; o contrabando se fazia presente, primeiro devido à insatisfação do povo em relação a grande parte do seu trabalho, que era destinada ao governo, e, em segundo, em razão da incapacidade de controle efetivo de uma região enorme. Dessa forma se todo ouro objeto de contrabando, que seguiu por caminhos obscuros, florestas e portos, tivesse sido alvo de mensuração a produção desse metal em Goiás seria bem mais expressiva.

Os dados oficiais disponíveis sobre a produção aurífera na época são inconsistentes por não serem resultado de trabalho estatístico, o que contribui para uma certa disparidade de dados obtidos em obras distintas, mesmo assim retratam uma produção tímida ao ser comparado a Minas Gerais. A produção do ouro em Goiás de 1730 a 1734 atingiu 1.000 kg, o pico de produção se dá de 1750 a 1754, sendo um total de 5.880 kg. Há vários relatos de que o ano de maior produção foi o de 1.753, já de 1785 a 1789, a produção fica em apenas 1.000 kg, decaindo nos anos seguintes.

A produção do ouro foi “subindo constantemente desde o descobrimento até 1753, ano mais elevado com uma produção de 3.060 kg. Depois decaiu lentamente até 1778 (produção: 1.090), a partir desta data a decadência cada vez é mais acentuada (425 kg em 1800) até quase desaparecer” (20 kg. Em 1822). (PALACÍN, 1975, p. 21). Foram utilizadas duas formas de recolhimento de tributos sobre a produção: o Quinto e a Capitação. E essas formas se alternaram à medida que a efetividade de sua arrecadação foi reduzindo. O fato gerador da cobrança do quinto ocorria no momento em que o ouro era entregue na casa de fundição, para ser fundido, onde era retirada a quinta parte do montante entregue e direcionada ao soberano sem nenhum ônus para o mesmo. A tabela 2 mostra os rendimentos do Quinto do ouro. Observa-se que como citado anteriormente o ano de 1753 foi o de maior arrecadação e pode-se ver também que a produção de Minas Gerais foi bem superior a Goiana.

A capitação era cobrada percapita de acordo com o quantitativo de escravos, nesse caso se estabelecia uma produtividade média por escravo e cobrava-se o tributo. “Para os escravos e trabalhadores livres na mineração, fez-se uma tabela baseada na produtividade média de uma oitava e meia de ouro por semana, arbitrando-se em 4 oitavas e  $\frac{3}{4}$  o tributo devido anualmente por trabalhador, compreendendo a oitava 3.600 gramas de ouro, no valor de 1\$200 ou 1\$500 conforme a época”. (SALLES, 1992, p.142) Além do quinto e da capitação havia outros dispêndios como pagamento do imposto das entradas, os dízimos sobre os produtos agropecuários, passagens nos portos, e subornos de agentes públicos; tudo isso tornava a atividade lícita muito onerosa e o contrabando bastante atraente, tais cobranças eram realizadas por particulares que obtinham mediante pagamento antecipado à coroa Portuguesa o direito de receber as rendas, os poderes de aplicar sanções e o risco de um eventual prejuízo. A redução da produtividade foi um grande problema para a manutenção da estabilidade das receitas provenientes das minas. “A diminuição da produtividade iniciou-se já nos primeiros anos, mas começou a tornar-se um problema grave depois de 1750; nos dez primeiros anos (1726-1735), um escravo podia produzir até perto de 400 gramas de ouro por ano; nos 15 anos seguintes (1736-1750) já produzia menos de 300; a partir de 1750 não chegava a 200, e mais tarde, em plena decadência, a produção era semelhante à dos garimpeiros de hoje: pouco mais de 100 gramas”. (PALACÍN, 1975, p.21).

Essa baixa na produtividade era consequência do esgotamento do sistema que tinha como base a exploração de veios auríferos superficiais, a escassez de qualificação de mão de obra e equipamentos apropriados, que pudessem proporcionar menor desperdício, o não surgimento de novas técnicas capazes de reinventar tal sistema, além da cobrança descabida de impostos, taxas e contribuições, que desanimavam o mais motivado minerador.

#### A Decadência da Mineração

A diminuição da produtividade das minas é a característica marcante do início da decadência do sistema, como citado anteriormente, esse fenômeno passa a ocorrer já nos primeiros anos após a descoberta, porém não é possível afirmar que nessa época seja consequência do esgotamento do minério, devido a outros fatores econômicos e administrativos, como a escassez de mão-de-obra e a vinculação à capitania de São Paulo

Para efeito de análise pode-se convencionar o ano de 1753, o de maior produção, como o divisor de águas que dá início à efetiva derrocada da produção que se efetivará no século seguinte

O fato é que com a exaustão das minas superficiais e o fim dos novos descobertos, fatores dinâmicos da manutenção do processo expansionista da mineração aurífera, a economia entra em estagnação, o declínio da população ocasionado pelo fim da imigração reflete claramente a desaceleração de vários setores como o comércio responsável pela manutenção da oferta de gêneros oriundos das importações. A agropecuária que, embora sempre orientada para a subsistência, fornecia alguns elementos e o próprio setor público sofria com a queda da arrecadação.

“A falta de experiência, a ambição do governo, e, em parte, o desconhecimento do País, mal organizado e quase despovoado, deram lugar a muitas leis inadequadas, que provocavam a ruína rápida desse notável ramo de atividade, importante fonte de renda para o Estado. De nenhuma dessas leis numerosas que tem aparecido até hoje se pode dizer propriamente que tivesse por finalidade a proteção da indústria do ouro. Ao contrário, todas elas apenas visavam o aumento a todo custo da produção, com o estabelecimento de medidas que assegurassem a parte devida à Coroa”. (PALACÍN, 1994, p.120).

É certo que a grande ambição do soberano em muito prejudicou a empresa mineradora e o contrabando agiu como medida mitigadora desse apetite voraz, porém com a decadência nem mesmo aos comerciantes, que foram os grandes beneficiados economicamente, restaram recursos para prosseguir. O restabelecimento da atividade extrativa exigia a criação de novas técnicas e novos processos algo que não se desenvolveu nas décadas em que houve prosperidade, não poderia ser desenvolvido de imediato.

À medida que o ouro de superfície, de fácil extração, vai se escasseando ocorre a necessidade de elevação do quantitativo do elemento motriz minerador, o escravo, desse modo:

“As lavras operavam a custos cada vez mais elevados, ainda mais pelo fato de parte da escravaria estar voltada também para atividades complementares. O adiantamento de capital em escravos, a vida curta deles aliada à baixa produtividade nas minas fatalmente conduziram empreendimentos à insolvência e falência”. (ESTEVAM, 2004, p. 34).

Após verificar o inevitável esgotamento do sistema econômico baseado na extração do ouro a partir do segundo quartel do século XVIII, o governo Português implanta algumas medidas visando reerguer a economia no território, dentre elas o incentivo à agricultura e à manufatura, e a navegação dos rios Araguaia, Tocantins, e Paranaíba, que se fizeram indiferentes ao desenvolvimento do sistema. Ocorre então a falência do sistema e o estabelecimento de uma economia de subsistência, com ruralização da população e o consequente empobrecimento cultural.

“Mas, tão logo os veios auríferos escassearam, numa técnica rudimentar, dificultando novos descobertos, a pobreza, com a mesma rapidez, substituiu a riqueza, Goiás, apesar de sua aparente embora curta prosperidade, nunca passou realmente, de um pouso de aventureiros que abandonavam o lugar, logo que as minas começavam a dar sinais de cansaço”. (PALACÍN, 1975, p.44).

#### A Decadência econômica de Goiás

Essa conclusão pode ser atribuída ao século XIX devido ao desmantelamento da economia decorrente do esgotamento do produto chave e o consequente empobrecimento sócio cultural. Os últimos descobertos de relevância são as minas de Anicuns em 1809, que serviram para animar novamente os ânimos. Inicialmente a extração gerou ganhos muito elevados, porém após três anos já apresentava uma produção bem inferior, além disso, os constantes atritos entre os “cotistas” levaram o empreendimento a falência.

A característica básica do século em questão foi a transição da economia extrativa mineral para a agropecuária, os esforços continuados do império em estabelecer tal economia acabaram se esbarrando, nas restrições legais que foram impostas inicialmente, como forma de coibir tais atividades, a exemplo da taxaço que recaía sobre os agricultores, e também em outros fatores de ordem econômica, como a inexistência de um sistema de escoamento adequado, o que inviabilizava as exportações pelo alto custo gerado, e cultural, onde predominava o preconceito contra as atividades agropastoris, já que a profissão de minerador gerava status social na época.

Desse modo a agricultura permaneceu orientada basicamente para a subsistência em conjunto com as trocas intra regionais, já a pecuária se potencializou devido à capacidade do gado em se mover até o destino e a existência de grandes pastagens naturais em certas localidades, favorecendo a pecuária extensiva. Nesse sentido, os pecuaristas passam a atuar de forma efetiva na exportação de gado fornecendo para a Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Pará. Segundo Bertran:

“A pecuária de exportação existia em Goiás como uma extensão dos currais do Vale do São Francisco, mobilizando as regiões da Serra Geral do Nordeste Goiano, (de Arraias a Flores sobretudo), com 230 fazendas consagradas à criação. Mais para o interior, sobre as chapadas do Tocantins, na vasta extensão entre Traíras e Natividade contavam outras 250. Em todo o restante de Goiás, não havia senão outras 187 fazendas de criação”. (BERTRAN, 1988, p.43).

A existência de uma pecuária incipiente favoreceu o desenvolvimento de vários curtumes nos distritos. Conforme Bertran (1988) chegou a existir em Goiás 300 curtumes, no final do século XIX. Por outro lado, apesar do escasseamento das minas e a ruralização da população, a mineração exercida de modo precário nunca deixou de existir, o que constituiu em mais um obstáculo para a implantação da agropecuária. Outra dificuldade foi a falta de mão de obra para a agropecuária, visto que grande parte da população se deslocou para outras localidades do país, onde poderiam ter outras oportunidades. Isto tudo não permitiu o avanço da agricultura nem uma melhor expansão da pecuária, que poderia ter alcançado níveis mais elevados.

Do ponto de vista cultural ocorre uma “aculturação” da população remanescente ruralizada. Segundo Palacin:

“Os viajantes europeus do século XIX aludem a uma regressão sócio cultural, onde os brancos assimilaram os costumes dos selvagens, habitam choupanas, não usam o sal, não vestem roupas, não circula moeda... Tão grande era a pobreza das populações que se duvidou ter havido um período anterior com outras características”. (PALACÍN, 1975, p.46).

Desse modo o Estado de Goiás chegou ao século XX como um território inexpressivo economicamente e sem representatividade política e cultural. Nesse século iria se concretizar a agropecuária no Estado, como consequência do processo de expansão da fronteira agrícola para a região central do país. Nas primeiras décadas do século em questão, o Estado permaneceu com baixíssima densidade demográfica, onde a maioria da população se encontrava espalhada por áreas remotas do território, modificando-se apenas na segunda metade do mesmo século.

O deslocamento da fronteira agrícola para as regiões centrais do país foi resultado da própria dinâmica do desenvolvimento de regiões como São Paulo, Minas Gerais e o Sul do País, que ao adaptarem sua economia com os princípios capitalistas realizaram uma inversão de papéis, onde regiões que eram consumidoras de produtos de primeira necessidade passaram a produzir tais produtos e as regiões centrais, antes produtoras desses produtos passaram a produzir os produtos industrializados que antes eram importados.

“Enquanto o Centro-Sul se efetivava como a periferia do capitalismo mundial, outras regiões faziam o papel de periferia do Centro-Sul, ou seja, a periferia da periferia, como já vinha acontecendo no Rio Grande do Sul e o Nordeste, por exemplo”. (FAYAD, 1999, p.23)

Fonte: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/amineracao-em-goias-e-o-desenvolvimento-do-estado.pdf>

## MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.

#### A Ocupação Mineratória – Mineração

Enquanto o século XVII representou etapa de investigação das possibilidades econômicas das regiões goianas, durante a qual o seu território tornou-se conhecido, o século XVIII, em função da expansão da marcha do ouro, foi ele devassado em todos os sentidos, estabelecendo-se a sua efetiva ocupação através da mineração. A primeira região ocupada em Goiás foi a região do Rio Vermelho. Entre 1727 e 1732 surgiram diversos arraiais, além de Santana (posteriormente Vila Boa de Goiás), em consequência das explorações auríferas ou da localização na rota de Minas para Goiás. Em 1736 já havia nas minas de Goiás 10.236 escravos. Nas proximidades de Santana surgiram os arraiais de Anta e Ouro Fino; mais para o Norte, Santa Rita, Guarinos e Água Quente. Na porção Sudeste, Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte (atual Pirenópolis) e Santa Cruz. Outras povoações surgidas na primeira metade do século XVIII foram: Jaraguá, Corumbá e o Arraial dos Couros (atual Formosa), na rota de ligações de Santana e Pirenópolis a Minas Gerais.

Ao longo dos caminhos que demandavam a Bahia, mais ao Norte, na bacia do Tocantins, localizaram-se diversos núcleos populacionais, como São José do Tocantins (Niquelândia), Traíras, Cachoeira, Flores, São Félix, Arraias (TO), Natividade (TO), Chapada (TO) e Muquém. Na década de 1740 a porção mais povoada de Goiás era o Sul, mas a expansão rumo ao norte prosseguia com a implantação dos arraiais do Carmo (TO), Conceição (TO), São Domingos, São José do Duro (TO), Amaro Leite, Cavalcante, Vila de Palma (TO), hoje Paranã, e Pilar de Goiás e Porto Real (TO), atual Porto Nacional, a povoação mais setentrional de Goiás.

### O sistema de datas

Era através do sistema de datas que se organizava a exploração do ouro, conforme o ordenamento jurídico da época. Assim que um veio de ouro era descoberto em uma região mineradora, imediatamente, o Superintendente das Minas ordenava que a região fosse medida e dividida em lotes para poder ter início o processo de mineração. Cada lote tinha a medida de 30 x 30 braças (uma braça tem 2,20m), ou seja, aproximadamente 66 x 66m. Estes lotes recebiam a denominação de datas e, cada data, por sua vez, era equivalente a uma lavra de mineração.

As datas se distribuíam da seguinte forma:

- O minerador responsável pelo achado escolhia a primeira data para si. Um funcionário da Real Fazenda (o ministério responsável pela mineração na época) escolhia a segunda data para o rei. O responsável pelo achado tinha o direito de escolher mais uma.

- O rei não tinha interesse em explorar diretamente a sua data e ordenava que ela fosse leiloada entre os mineradores interessados em explorá-la. Quem pagasse mais ficaria com ela. O dinheiro do leilão era enviado a Portugal, como renda pessoal do rei. As demais datas eram distribuídas por sorteio aos mineradores que possuísem um mínimo de doze escravos para poder explorá-las. Cada minerador tinha direito a uma data por vez. Repare que a atividade mineradora era extremamente intensiva em utilização de mão-de-obra. Doze homens trabalhavam junto em um espaço de apenas uma lavra.

### O início da mobilidade social

Diferentemente da economia canavieira (cana-de-açúcar) que tinha uma sociedade estamental (no estado em que você nasceu permanece), a sociedade mineradora não era estática. Havia a possibilidade, mesmo que pequena, de mudança de classe social. Foi o início da mobilidade social no Brasil.

Existiam dois tipos de mineradores, o grande, era o minerador de lavra, e o pequeno, o de fisco. O minerador de lavra era aquele, dono de pelo menos 12 escravos, que participava do sorteio das datas e tinha o direito de explorar os veios de ouro em primeiro lugar. Quando uma lavra começava a demonstrar esgotamento e a produtividade caía geralmente ela era abandonada e, a partir deste momento, o fisco poderia ficar com o que sobrou dela.

O fisco era o minerador com pequena quantidade de escravos, insuficientes para participar dos sorteios, ou mesmo o trabalhador individual, que só tinha a sua bateia para tentar a sorte nas lavras abandonadas. Alguns conseguiram ir juntando ouro suficiente para adquirir mais escravos e, posteriormente, passaram a ser grandes mineradores. Alguns até fizeram fortuna.

Existem registro de alguns proprietários de escravos que os deixavam fisco nos seus poucos momentos de descanso e alguns até conseguiram comprar a sua carta de alforria, documento que garantia a liberdade ao escravo. Tropeiros que abasteciam as regiões mineradoras também conseguiram enriquecer. Tome cuidado, porém, com uma coisa. A mobilidade social era pequena, não foi suficiente para desenvolver uma classe média.

Classe social pressupõe uma grande quantidade de pessoas, e o número daquelas que conseguiam ascender não era suficiente para isso. Só se pode falar em classe média no Brasil, a partir da industrialização.

### Povoamento irregular

O povoamento determinado pela mineração do ouro é um povoamento muito irregular e mais instável; sem nenhum planejamento, sem nenhuma ordem. Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação define e desaparece, isso porque o ouro encontrado em Goiás era o ouro de aluvião, em pequenas partículas, que ficavam depositadas no leito de rios e córregos ou no sopé das montanhas, geralmente. Sua extração era rápida e logo as jazidas se esgotavam forçando os mineiros a se mudarem em busca de novas áreas para mineração. A produção de ouro em Goiás foi maior que a de Mato Grosso, porém muito menor que em Minas Gerais. O declínio da produção foi rápido.

O pico foi em 1753, mas 50 anos depois a produção já era insignificante. Luís Palacín afirma que esses são os dados oficiais disponíveis, porém, o volume de ouro extraído deve ter sido muito maior. De acordo com esse historiador, a maior parte do ouro retirada era sonogada para fugir dos pesados impostos e, portanto, não sabemos ao certo quanto ouro foi retirado de fato das terras goianas.

### Declínio da Mineração

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal começou a entrar em fase de decadência progressiva, que coincidiu com o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. Então desde 1778, a produção bruta das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravo. O último grande achado mineratório em Goiás deu-se na cidade de Anicuns, em 1809, no sul da capitania.

### A atividade agropecuária nas regiões mineradoras

Assim que foram descobertas grandes jazidas de ouro no Brasil logo se organizou uma hierarquia da produção: os territórios de minas deveriam dedicar-se exclusivamente – ou quase exclusivamente – à produção de ouro, sem desviar esforços na produção de outros bens, que poderiam ser importados. Isso era resquício da mentalidade Mercantilista, em voga na época, que, durante muito tempo, identificou a riqueza com a posse dos metais preciosos. Os alimentos e todas as outras coisas necessárias para a vida vinham das capitanias da costa. As minas eram assim, uma espécie de colônia dentro da colônia, no dizer do historiador Luís Palacín. Isso nos explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás, durante os cinquenta primeiros anos. Tal sistema não se devia exclusivamente aos desejos e à política dos dirigentes; era também decorrente da mentalidade do povo.

### O Final da Mineração e Tentativa de navegação no Araguaia e Tocantins

A partir de 1775, com a mineração em franco declínio, o Primeiro Ministro de Portugal, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, toma diversas medidas para diversificar a economia no Brasil, sendo que várias delas vão afetar diretamente a capitania de Goiás. A primeira, como tentativa de estimular a produção, foi isentar de impostos por um período de 10 anos os lavradores que fundassem estabelecimentos agrícolas às margens dos rios. Dentre os produtos beneficiados estavam o algodão, a cana-de-açúcar e o gado. A segunda medida foi a criação, em 1775 da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, para explorar a navegação e o comércio nos rios amazônicos, incluindo os rios Araguaia e Tocantins. O Marquês de Pombal também ordenou a criação dos chamados aldeamentos indígenas. Todas essas medidas fracassaram.

ção de fórmulas e regras. Deve, fundamentalmente, possibilitar a compreensão teórica e prática através de conhecimentos e habilidades, obtidas na aula ou obtidas em situações concretas da vida cotidiana (LIBÂNEO, 1991).

Podemos considerar três fontes que o professor deve utilizar para selecionar os conteúdos de ensino e organizar suas aulas: a primeira é a programação oficial, na qual são fixados os conteúdos de cada matéria; a segunda são os próprios conhecimentos básicos das ciências transformados em matéria de ensino; a terceira são as exigências teóricas e práticas que emergem da experiência de vida dos alunos, tendo em vista o mundo do trabalho e a participação democrática na sociedade.

#### **Planejamento Educacional**

O Planejamento Educacional, de responsabilidade do estado, é o mais amplo, geral e abrangente. Tem a duração de 10 anos e prevê a estruturação e o funcionamento da totalidade do sistema educacional. Determina as diretrizes da política nacional de educação. Segundo Sant'anna (1986), o Planejamento Educacional "é um processo contínuo que se preocupa com o para onde ir e quais as maneiras adequadas para chegar lá, tendo em vista a situação presente e possibilidades futuras, para que o desenvolvimento da educação atenda tanto as necessidades do desenvolvimento da sociedade, quanto as do indivíduo." É um processo de abordagem racional e científica dos problemas da educação, incluindo definição de prioridades e levando em conta a relação entre os diversos níveis do contexto educacional.

Segundo Coaracy (1972), os objetivos do Planejamento Educacional são:

1. relacionar o desenvolvimento do sistema educacional com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, em geral, e de cada comunidade, em particular;
2. estabelecer as condições necessárias para o aperfeiçoamento dos fatores que influem diretamente sobre a eficiência do sistema educacional (estrutura, administração, financiamento, pessoal, conteúdo, procedimentos e instrumentos);
3. alcançar maior coerência interna na determinação dos objetivos e nos meios mais adequados para atingi-los;
4. conciliar e aperfeiçoar a eficiência interna e externa do sistema.

É condição primordial do processo de planejamento integral da educação que, em nenhum caso, interesses pessoais ou de grupos possam desviá-lo de seus fins essenciais que vão contribuir para a dignificação do homem e para o desenvolvimento cultural, social e econômico do país.

O PNE - Plano Nacional de Educação é o resultado do Planejamento Educacional da União. O novo Plano Nacional de Educação para a próxima década (2011-2020) foi apresentado no dia 15 de dezembro de 2010, pelo ministro da Educação Fernando Haddad ao presidente Lula. O projeto de lei descreve, dentre outras coisas, as 20 metas para os próximos dez anos.

#### **Planejamento Escolar**

Mais um ano se inicia! Um bom Planejamento Escolar feito na primeira semana do ano letivo, certamente, evitará problemas futuros. Esse é o objetivo da Semana Pedagógica: reunir gestores, orientadores, supervisores, coordenadores e corpo docente para planejarem os próximos 200 dias letivos. É o momento de integrar os professores que estão chegando, colocando-os em contato com o jeito de trabalhar do grupo, e, claro, mostrar os dados da escola para todos os docentes, além de apresentar as informações sobre as turmas para as quais cada um vai lecionar.

Veja o que é importante planejar, discutir, elaborar e definir nessa primeira semana do ano:

1. as diretrizes quanto à organização e à administração da escola,
2. normas gerais de funcionamento da escola,
3. atividades coletivas do corpo docente,
4. o calendário escolar,
5. o período de avaliações,
6. o conselho de classe,
7. as atividades extraclasse,
8. o sistema de acompanhamento e aconselhamento dos alunos e o trabalho com os pais,
9. as metas da escola e os passos que precisam ser dados, durante o ano, para atingi-las,
10. os projetos realizados no ano anterior,
11. os novos projetos que serão desenvolvidos durante o ano,
12. os temas transversais que serão trabalhados e distribuí-los nos meses,
13. revisar o PPP.

De acordo com uma pesquisa feita por Vasconcellos (2000), há a descrença na utilidade do planejamento. Ele aponta que alguns professores consideram impossível dar conta da tarefa por diferentes motivos: o trabalho em sala de aula é dinâmico e imprevisível; faltam condições mínimas, como tempo; e existe o pensamento de que nada vai mudar e, portanto, basta repetir o que já tem sido feito. Há também aqueles que acreditam na importância do planejamento, mas não concordam com a maneira como é feito.

#### **Planejamento Curricular**

O Planejamento Curricular tem por objetivo orientar o trabalho do professor na prática pedagógica da sala de aula. Segundo Coll (2004), definir o currículo a ser desenvolvido em um ano letivo é uma das tarefas mais complexas da prática educativa e de todo o corpo pedagógico das instituições. De acordo com Sacristán (2000), "[...] planejar o currículo para seu desenvolvimento em práticas pedagógicas concretas não só exige ordenar seus componentes para serem aprendidos pelos alunos, mas também prever as próprias condições do ensino no contexto escolar ou fora dele. A função mais imediata que os professores devem realizar é a de planejar ou prever a prática do ensino."

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino. Os PCNs são, portanto, uma proposta do MEC para a eficiência da educação escolar brasileira. São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade. Seu objetivo é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.

Todavia, a escola não deve simplesmente executar o que é determinado nos PCNs, mas sim, interpretar e operacionalizar essas determinações, adaptando-as de acordo com os objetivos que quer alcançar, coerentes com a clientela e de forma que a aprendizagem seja favorecida. Portanto, o planejamento curricular segundo Turra et al. (1995), "[...] deve ser funcional. Deve promover não só a aprendizagem de conteúdo e habilidades es-

pecíficas, mas também fornecer condições favoráveis à aplicação e integração desses conhecimentos. Isto é viável através da proposição de situações que favoreçam o desenvolvimento das capacidades do aluno para solucionar problemas, muitos dos quais comuns no seu dia-a-dia. A previsão global e sistemática de toda ação a ser desencadeada pela escola, em consonância com os objetivos educacionais, tendo por foco o aluno, constituiu o planejamento curricular. Portanto, este nível de planejamento é relativo à escola. Através dele são estabelecidas as linhas-mestras que norteiam todo o trabalho[...].

#### **Planejamento de Ensino**

O Planejamento de Ensino é a especificação do planejamento curricular. É desenvolvido, basicamente, a partir da ação do professor e compete a ele definir os objetivos a serem alcançados, desde seu programa de trabalho até eventuais e necessárias mudanças de rumo. Cabe ao professor, também, definir os objetivos a serem alcançados, o conteúdo da matéria, as estratégias de ensino e de avaliação e agir de forma a obter um retorno de seus alunos no sentido de redirecionar sua matéria.

O Planejamento de Ensino não pode ser visto como uma atividade estanque. Segundo Turra et al. (1995), “[...] o professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino-aprendizagem, ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que este possa, realmente, efetuar uma aprendizagem tão significativa quanto o permitam suas possibilidades e necessidades. O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios necessários para alcançá-los. A responsabilidade do mestre é imensa. Grande parte da eficácia de seu ensino depende da organicidade, coerência e flexibilidade de seu planejamento.”

O Planejamento de Ensino deve prever:

1. objetivos específicos estabelecidos a partir dos objetivos educacionais;
2. conhecimentos a serem aprendidos pelos alunos no sentido determinado pelos objetivos;
3. procedimentos e recursos de ensino que estimulam, orientam e promovem as atividades de aprendizagem;
4. procedimentos de avaliação que possibilitem a verificação, a qualificação e a apreciação qualitativa dos objetivos propostos, cumprindo pelo menos a função pedagógico-didática, de diagnóstico e de controle no processo educacional.

O resultado desse planejamento é o plano de ensino, um roteiro organizado das unidades didáticas para um ano, um semestre ou um bimestre. Esse plano deve conter: ementa da disciplina, justificativa da disciplina em relação aos objetivos gerais da escola e do curso, objetivos gerais, objetivos específicos, conteúdo (com a divisão temática de cada unidade), tempo provável (número de aulas do período de abrangência do plano), desenvolvimento metodológico (métodos e técnicas pedagógicas específicas da disciplina), recursos tecnológicos, formas de avaliação e referencial teórico (livros, documentos, sites etc). Do plano de ensino resultará, ainda, o plano de aula, onde o professor vai especificar as realizações diárias para a concretização dos planos anteriores.

#### **Planejamento da ação didática.**

Na prática pedagógica atual o processo de planejamento do ensino tem sido objeto de constantes indagações quanto à sua validade como efetivo instrumento de melhoria qualitativa do trabalho do professor. As razões de tais indagações são múltiplas e se apresentam em níveis diferentes na prática docente.

A vivência do cotidiano escolar nos tem evidenciado situações bastante questionáveis nesse sentido. Percebeu-se, de início, que os objetivos educacionais propostos nos currículos dos cursos apresentam-se confusos e desvinculados da realidade social. Os conteúdos a serem trabalhados, por sua vez, são definidos de forma autoritária, pois os professores, via de regra, não participam dessa tarefa. Nessas condições, tendem a mostrarem-se sem elos significativos com as experiências de vida dos alunos, seus interesses e necessidades.

Percebe-se também que os recursos disponíveis para o desenvolvimento do trabalho didático tendem a ser considerados como simples instrumentos de ilustração das aulas, reduzindo-se dessa forma a equipamentos e objetos, muitas vezes até inadequados aos objetivos e conteúdos estudados.

Com relação à metodologia utilizada pelo professor, observa-se que esta tem se caracterizado pela predominância de atividades transmissoras de conhecimentos, com pouco ou nenhum espaço para a discussão e a análise crítica dos conteúdos. O aluno sob esta situação tem se mostrado mais passivo do que ativo e, por decorrência, seu pensamento criativo tem sido mais bloqueado do que estimulado. A avaliação da aprendizagem, por outro lado, tem sido resumida ao ritual das provas periódicas, através das quais é verificada a quantidade de conteúdos assimilada pelo aluno.

Completando esse quadro de desacertos, observa-se ainda que o professor, assumindo sua autoridade institucional, termina por direcionar o processo ensino-aprendizagem de forma isolada dos condicionantes históricos presentes na experiência de vida dos alunos.

No contexto acima descrito, o planejamento do ensino tem se apresentado como desvinculado da realidade social, caracterizando-se como uma ação mecânica e burocrática do professor, pouco contribuindo para elevar a qualidade da ação pedagógica desenvolvida no âmbito escolar.

No meio escolar, quando se faz referência a planejamento do ensino, a ideia que passa é aquela que identifica o processo através do qual são definidos os objetivos, o conteúdo pragmático, os procedimentos de ensino, os recursos didáticos, a sistemática de avaliação da aprendizagem, bem como a bibliografia básica a ser consultada no decorrer de um curso, série ou disciplina de estudo. Com efeito, este é o padrão de planejamento adotado pela grande maioria dos professores e que, em nome da eficiência do ensino disseminada pela concepção tecnicista de educação, passou a ser valorizado apenas em sua dimensão técnica.

Ao que parece, essa situação dos componentes do plano de ensino de uma maneira fragmentária e desarticulada do todo social é que tem gerado a concepção de planejamento incapaz de dinamizar e facilitar o trabalho didático. Consideramos, contudo, que numa perspectiva transformadora, ou seja, o processo de planejamento visto sob uma perspectiva crítica de educação, passa a extrapolar a simple tarefa de se elaborar um documento contendo todos os componentes tecnicamente recomendáveis.

Após analisarmos os aspectos do processo de planejamento, faremos agora uma síntese do didatismo no planejamento.

Quando falamos em planejar o ensino, ou a ação didática, estamos prevendo as ações e os procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, e a organização das atividades discentes e da experiência de aprendizagem, visando atingir os objetivos educacionais estabelecidos. Nesse sentido, o planejamento de ensino torna-se a operacionalização do currículo escolar.

Assim, no que se refere ao aspecto didático, segundo HAIDT (1995), planejar é:

- Analisar as características da clientela (aspirações, necessidades e possibilidades dos alunos);
- Refletir sobre os recursos disponíveis;
- Definir os objetivos educacionais considerados mais adequados para a clientela em questão;
- Selecionar e estruturar os conteúdos a serem assimilados, distribuídos ao longo do tempo disponível para o seu desenvolvimento;
- Prever e organizar os procedimentos do professor, bem como as atividades e experiências de construção do conhecimento consideradas mais adequadas para a consecução dos objetivos estabelecidos;
- Prever e escolher os recursos de ensino mais adequados para estimular a participação dos alunos nas atividades de aprendizagem;
- E prever os procedimentos de avaliação mais condizentes com os objetivos propostos.

O planejamento didático também é um processo que envolve operações mentais, como: analisar, refletir, definir, selecionar, estruturar, distribuir ao longo do tempo, e prever formas de agir e organizar. O processo de planejamento da ação docente é o plano didático. Em geral, o plano didático assume a forma de um documento escrito, pois é o registro das conclusões do processo de previsão das atividades docentes e discentes.

Outro aspecto a ser lembrado é que o plano é apenas um roteiro, um instrumento de referência e, como tal, é abreviado, esquemático, sem colorido e aparentemente sem vida. Compete ao professor que o confeccionou dar-lhe vida, relevo e colorido no ato de sua execução, impregnando-o de sua personalidade e entusiasmo, enriquecendo-o com sua habilidade e expressividade.

#### **Planejamento participativo e organização do trabalho docente**

O planejamento é um processo de sistematização e organização das ações do professor. É um instrumento da racionalização do trabalho pedagógico que articula a atividade escolar com os conteúdos do contexto social (LIBÂNEO, 1991). O ato de planejar está presente em todos os momentos da vida humana. A todo o momento as pessoas são obrigadas a planejar, a tomar decisões que, em alguns momentos, são definidas a partir de improvisações; em outros, são decididas partindo de ações previamente organizadas (KENSKI, 1995).

- O significado do termo 'planejamento' é muito ambíguo, mas no seu uso trivial ele compreende a ideia de que sem um mínimo de conhecimento das condições existentes numa determinada situação e sem um esforço de previsões das alterações possíveis desta situação nenhuma ação de mudança será eficaz e eficiente, ainda que haja clareza dos objetivos dessa ação. Nesse sentido trivial, qualquer indivíduo razoavelmente equilibrado é um planejador [...]. Não há uma 'ciência do pla-

nejamento' nem mesmo há métodos de planejamentos gerais e abstratos que possam ser aplicados a tantas variedades de situações sociais e educacionais principalmente se considerarmos a natureza política, histórica, cultural, econômica etc. (AZANHA, 1993, p. 70-78).

- Planejamento é um processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, na busca da melhoria do funcionamento do sistema educacional. Como processo o planejamento não corre em um momento do ano, mas a cada dia. A realidade educacional é dinâmica. Os problemas, as reivindicações não têm hora nem lugar para se manifestarem. Assim, decide-se a cada dia a cada hora (SOBRINHO, 1994, p.3).

- Planejamento é um "processo de tomada de decisão sobre uma ação. Processo que num planejamento coletivo (que é nossa meta) envolve busca de informações, elaboração de propostas, encontro de discussões, reunião de decisão, avaliação permanente" (MST, 1995, p.5).

- Planejamento é processo de reflexão, de tomada de decisão [...] enquanto processo, ele é permanente (VASCONCELOS, 1995, p.43).

Em síntese, o planejamento é uma tomada de decisão sistematizada, racionalmente organizada sobre a educação, o educando, o ensino, o educador, as matérias, as disciplinas, os conteúdos, os métodos e técnicas de ensino, a organização administrativa da escola e sobre a comunidade escolar.

O planejamento da educação é composto por diferentes níveis de organização. Assim, podemos pensar em nível macro no Planejamento do Sistema de Educação, que corresponde ao planejamento da educação em âmbito nacional, estadual e municipal. Este planejamento elabora, incorpora e reflete as políticas educacionais.

O planejamento global da escola corresponde às ações sobre o funcionamento administrativo e pedagógico da escola; para tanto, este planejamento necessita da participação em conjunto da comunidade escolar. Nos dias atuais, em que o trabalho pedagógico tem sido solicitado em forma de projeto, o planejamento escolar pode estar contido no Projeto Político Pedagógico – PPP, ou no Plano de Desenvolvimento Escolar – PDE.

O planejamento curricular é a organização da dinâmica escolar. É um instrumento que sistematiza as ações escolares do espaço físico às avaliações da aprendizagem.

O planejamento de ensino envolve a organização das ações dos educadores durante o processo de ensino, integrando professores, coordenadores e alunos na elaboração de uma proposta de ensino, que será projetada para o ano letivo e constantemente avaliada. O planejamento de aula organiza ações referentes ao trabalho na sala de aula. É o que o professor prepara para o desenvolvimento da aprendizagem de seus alunos coerentemente articulado com o planejamento curricular, com o planejamento escolar e com o planejamento de ensino.<sup>2</sup>

#### **CURRÍCULO: DO PROPOSTO À PRÁTICA**

A palavra currículo deriva do latim curriculum (originada do verbo latino currere, que significa correr) e refere-se ao curso, à rota, ao caminho da vida ou das atividades de uma pessoa ou grupo de pessoas (GORDON apud FERRAÇO, 2005, p. 54). Já, conforme o Dicionário Aurélio da língua portuguesa, Ferreira

<sup>2</sup> Fonte: [www.rcolacique.files.wordpress.com/www.educamoc.com.br/www.educador.brasilecola.uol.com.br](http://www.rcolacique.files.wordpress.com/www.educamoc.com.br/www.educador.brasilecola.uol.com.br) – Por Eliane da Costa Bruini

(1986, p. 512), define-se currículo como “a parte de um curso literário, as matérias constantes de um curso”. De acordo com Zotti (2008), o termo foi utilizado pela primeira vez, para caracterizar um plano estruturado de estudos, em 1963, no Oxford English Dictionary.

É importante repensar, a função socializadora que o currículo escolar deve exercer no âmbito educacional. Analisa-se contemporaneamente, que o currículo escolar não pode ser visto e nem compreendido, como, um “acúmulo” de disciplinas isoladas, fragmentadas, com conteúdos apresentados de modo tradicional, e transmitidos sem reflexão pelo professor/educador em sala de aula. Verifica-se, que o currículo escolar é histórico, e vai além de conteúdos e disciplinas, sendo que o currículo deve que ser elaborado de forma a oportunizar condições de conhecimentos para os educandos, na busca de abranger e atender as diversas realidades sociais existentes, de maneira ampla, real, significativa, reflexiva, dinâmica, democrática, inclusiva, ética e moral.

Discutir sobre o currículo escolar na contemporaneidade, é de fato, analisar profundamente o sistema educacional, como também, o que o ser humano produziu e continua produzindo ao longo do tempo, tempo esse, chamado história. Portanto, é necessário buscar compreender os conhecimentos elaborados e apropriados por todos os membros da sociedade, assim como, as diversas culturas existentes, ampliadas gradativamente ou até mesmo modificadas de geração em geração.

O currículo é transformação, não apenas no que se refere a mudar o sentido, de ir por outro caminho, mas de buscar novas alternativas, novas soluções, novas metas e novas conquistas. O currículo consiste em transformar o impreciso em conhecido, e tal fato, envolve um ensino-aprendizagem qualitativo.

O currículo nunca é simplesmente uma montagem neutra de conhecimentos, que de alguma forma aparece nos livros e nas salas de aula de um país. Sempre parte de uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, as visões que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo. Ele é produzido pelos conflitos, tensões e compromissos culturais, políticos e econômicos que organizam e desorganizam um povo. (APLLE, 2000, p. 53)

O currículo representa a caminhada que o sujeito irá fazer ao longo de sua vida escolar, tanto em relação aos conteúdos apropriados, quanto às atividades realizadas sob a sistematização da escola. Nesse sentido, Sácristán e Gómez (1998, p. 125), afirmam que “a escolaridade é um percurso para alunos/as, e o currículo é seu recheio, seu conteúdo, o guia de seu progresso pela escolaridade”.

No contexto escolar, o currículo deve ter uma função formativa, educativa, social e cultural. O currículo escolar, como prática de transformação da realidade e do conhecimento concreto, precisa ser debatido e refletido constantemente, por todos aqueles que compõem a equipe escolar, onde, todos os profissionais da escola devem estar preparados para entenderem, que o currículo é essencial na práxis pedagógica e na vida escolar, social e cultural de todos os alunos que chegam até a escola em busca de conhecimentos significativos. De acordo com Krug (2001, p. 56).

O currículo surge, então, em uma dimensão ampla que o entende em sua função socializadora e cultural, bem como forma de apropriação da experiência social acumulada e trabalhada a partir do conhecimento formal que a escola escolhe, organiza e propõe como centro as atividades escolares.

Atualmente, verifica-se que ainda há professores/educadores, que demonstram compreender o currículo escolar, como, uma área meramente técnica, passiva/ neutra. Segundo Moreira e Silva (1994, p. 7), o currículo tem que possuir uma “tradição” crítica, pois:

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica de currículo, guiada por questões sociológicas, políticas e epistemológicas. Embora questões relativas ao currículo continuem importantes, elas só adquirem sentido dentro de uma perspectiva que as considere em sua relação com questões que perguntem pelo “por que” das formas de organização do conhecimento escolar.

É interessante recordar, que as definições de currículo até o século XIX, referiam-se restritamente à matéria, conforme indica Zotti (2008):

Inserido no campo pedagógico, o termo passou por diversas definições ao longo da história da educação. Tradicionalmente o currículo significou uma relação de matérias/disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado numa sequência lógica, com o respectivo tempo de cada uma (grade ou matriz curricular). Esta conotação guarda estreita relação com o “plano de estudos”, tratado como o conjunto das matérias a serem ensinadas em cada curso ou série e o tempo reservado a cada uma.

Após o século XIX, o significado de currículo vai tomado outra proporção, o que inclui não apenas o conhecimento escolar, mas também, as experiências de aprendizagem. Sendo assim, o currículo envolve tanto a construção, quanto o aprimoramento necessário para o desenvolvimento do sujeito. Segundo Moreira e Candau (2008, p. 18).

Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com as intenções educativas. Por esse motivo, a palavra tem sido usada para todo e qualquer espaço organizado para afetar e educar pessoas, o que explica o uso de expressões como o currículo da mídia, o currículo da prisão etc. Nós, contudo, estamos empregando a palavra currículo apenas para nos referirmos às atividades organizadas por instituições escolares. Ou seja, para nos referirmos à escola.

Podemos entender, que ao falarmos de currículo, estamos tratando da escola, ou seja, a maneira como os conteúdos são dosados e sequenciados no processo pedagógico. Não existe um currículo único a ser seguido por todas as instituições brasileiras, pois em seu art. 26 a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), define disciplinas de Base Nacional comum, àquelas que devem ser ensinada em todo o país, e uma parte diversificada, aquela exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Dessa forma, a Base Nacional Comum é o conjunto mínimo de conteúdos articulados a aspectos da cidadania. Por ser obrigatória nos currículos nacionais, a Base Nacional Comum deve predominar em relação à parte diversificada.

De acordo com o parecer CNE/CEB 4/98, que estabelece diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental, a parte diversificada “envolve os conteúdos complementares, escolhidos por cada sistema de ensino e estabelecimentos escolares, integrados à Base Nacional Comum, de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia, refletindo-se, portanto, na Proposta Pedagógica de cada escola, conforme o artigo 26”. (BRASIL, 1992)

Além disso, ela constitui uma ampla faixa do currículo em que a escola pode exercitar toda a sua criatividade, no sentido de atender às reais necessidades de seus alunos, considerando as características culturais e econômicas da comunidade que atua, construindo-a, essencialmente, mediante o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse. A parte diversificada pode tanto ser utilizada para aprofundar elementos da Base Nacional Comum, como para introduzir novos elementos, sempre de acordo com as necessidades. No Ensino Médio, é um espaço em que pode ser iniciada a formação profissional, mediante o oferecimento de componentes curriculares passíveis de aproveitamento em curso técnico da área correspondente.

Se para a escola é importante poder contar com uma parcela do currículo livremente estabelecida, para o aluno essa pode ser uma importante oportunidade de participar ativamente da seleção de um plano de estudos. Isso pode acontecer na escolha de disciplinas optativas ou facultativas, por exemplo. “As disciplinas optativas são aquelas que, sendo obrigatórias, admitem que o aluno escolha entre as alternativas disponíveis, não podendo, porém, deixar de fazê-las [...] A disciplinas facultativas são aquelas que o aluno acrescenta a um plano de estudos que já satisfaz os mínimos exigidos pela escola.” (BRASIL, 2006). Ou seja, a disciplinas optativas fazem parte da base curricular obrigatória, enquanto as disciplinas facultativas podem ser escolhidas livremente para complementar o currículo.

Contudo, a lei indica que compete à escola elaboração de sua proposta pedagógica. Em continuação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), identifica os delineamentos gerais para a organização do trabalho pedagógico nas escolas. No art. 27 da lei que trata da educação básica, podemos destacar as seguintes diretrizes no que se refere aos conteúdos dos currículos escolares da educação básica.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão ainda, as seguintes Diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

O currículo escolar é um elemento enriquecedor do trabalho do professor/educador no contexto formal e no contexto não formal. O currículo é de suma importância para a vida e para o planejamento do docente, pois é o currículo que possibilita ao professor uma organização fixa dos conteúdos e das atividades de forma clara, crítica, autônoma, reflexiva, ativa e democrática no contexto escolar, sendo o currículo, um recurso em prol ao ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento significativo dos discentes na sociedade.

É necessário refletir, sobre as diversas atividades elaboradas em algumas escolas, onde, se observa a carga horária extensa utilizada para a realização de atividades festivas/ comemorativas no âmbito educacional. Sabe-se, que há muitas datas comemorativas que as escolas adquirem como uma “tradição popular”, datas essas, que começam a ser celebradas no início do ano no mês de fevereiro, no momento em que os alunos voltam às aulas, sendo que tais celebrações só se encerram no mês de dezembro, e assim finaliza-se o ano, com um “recheio de festividades, sem reflexão para a vida humana dos alunos”. É preciso ressaltar, que nem tudo que acontece ou realiza-se

na escola, pode ser considerado do currículo escolar, isso pelo fato, que inúmeras vezes, não há uma reflexão intencional sobre as atividades elaboradas dentro do contexto educacional.

Saviani (2000), ao tratar sobre os conteúdos que são trabalhados na escola, afirma que, muitas vezes, os professores dedicam bastante tempo às questões secundárias em detrimento da real necessidade da escola. Perde-se, muito tempo com atividades descontextualizadas, como, por exemplo, as diversas comemorações realizadas durante o ano letivo, que seguem desde o carnaval até as festas natalinas. Essas atividades, em sua maioria, partem de ações isoladas, não vinculadas ao planejamento, e com uma concepção de cunho ideológico que relegam para segundo plano as questões históricas que permeiam tais festividades.

Segundo o mesmo autor, a escola poderia dedicar seu tempo para a apropriação do saber científico. Nas palavras de Saviani (2000, p. 1):

Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa em fevereiro e logo temos a semana do índio, a semana santa, a semana das mães, semana do folclore, as festas juninas, em agosto vem à semana do soldado, depois a semana da Pátria, a semana da árvore, os jogos da primavera, semana da criança, festa do professor, do funcionário público, semana da asa, semana da República, festa da bandeira, e nesse momento já chegamos ao final de novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Mas, pode-se perguntar: qual é o problema? Se tudo é currículo, se tudo o que a escola faz é importante, se tudo concorre para o crescimento e aprendizagem dos alunos, então tudo o que faz é válido e a escola não deixou de cumprir sua função educativa. No entanto, o que se constata é que, de semana em semana, de comemoração em comemoração a verdade é que a escola perdeu de vista a sua atividade nuclear que é a de propiciar aos alunos a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado.

É imprescindível repensar, a ideia crítica do autor Saviani (2000), ideia essa, que permite analisar de fato, que a escola dispõe sim, de muito tempo para atividades comemorativas, fragilizadas e secundárias. É importante acrescentar, que ninguém está afirmando que essas atividades são desnecessárias no contexto escolar, muito pelo contrário, as atividades comemorativas, históricas e culturais, tem que ser realizada, vivenciada, praticada e compreendida verdadeiramente pelos discentes no ambiente escolar, onde tais atividades devem ser praticadas de uma maneira mais real e reflexiva, e não apenas do professor chegar à sala de aula e disser para os alunos, por exemplo: “hoje comemoramos o dia do índio, vamos colorir em folha de papel sulfite, a aldeia, a qual representa a comunidade dos povos indígenas”. Nota-se, que só dos alunos saber que tal data comemora-se o dia do índio, e que a aldeia representa a comunidade dos povos indígenas, não vai contribuir para a aprendizagem dos discentes, muito menos para ampliar qualquer conhecimento ou entendimento, pois, o assunto precisa ser exemplificado, a história precisa ser contada com valores, ensinamentos, princípios e principalmente com reflexão e análise crítica.

Não há como negar, que há um distanciamento das atividades escolares com a realidade social dos discentes, a escola e os professores/educadores, precisam propor metodologias de ensino mais concreta, como também, estar mais abertos ao diá-

logo, na busca de obter uma conversa sensibilizada com os pais e com os educandos que chegam até a escola, na tentativa de conhecer concretamente a realidade dos discentes, para então, poder oferecer uma aprendizagem de qualidade, sendo que esta aprendizagem deve atender as necessidades e as diversas realidades dos alunos em processo de escolarização.

Contudo, observa-se que tais atividades comemorativas devem ter certos limites, pois é muitas comemorações de fevereiro á dezembro na escola. Não há como contrariar a opinião do autor Saviani (2000), quando o mesmo afirma que a escola desperdiça muito tempo com atividades comemorativas e secundárias. Se pararmos para refletir, e analisar concretamente cada data festiva que a escola comemora, e não consegue se “desligar um pouco”, nem mesmo, deixar de lado nenhuma comemoração, certamente, entenderemos a carga horária esbanjada com atividades repetitivas todo ano no contexto escolar, ano após ano, as atividades comemorativas seguem o mesmo padrão, isto é, comemoração de fevereiro há dezembro. Diante desse fato, é possível entender também, as muitas dificuldades de aprendizagem que tantos alunos enfrentam durante o ano todo na escola, pois com tantas comemorações e festividades, o tempo para reflexão e para a assimilação concreta do conhecimento, é limitado.

Exemplo: as comemorações de festas juninas parecem ser simples, rotineiras, com pouco tempo de ensaio, mas, se vamos á qualquer escola, e acompanhamos a turma, o professor/educador nos ensaios, nas danças, no entendimento por parte dos alunos sobre como dançar e entender a música apresentada pelo educador, nesse tempo, pode-se observar quantas horas e quantas aulas se acabam apenas de explicações que se faz necessário para a concretização da dança e para a compreensão da música. Nas festas juninas, é interessante lembrar, que o ensaio por turma pode levar até um mês, obvio que não é ensaiado todo dia na escola, mas é claro, que é ensaiado pelo menos duas vezes por semana.

Obviamente, essa cultura curricular instalada dentro das escolas, prejudica gradativamente o desenvolvimento científico dos alunos, a qual precisa ser modificada tempo ao tempo. É quase “normal” visualizarmos ou lermos em jornais, livros ou revistas, o quanto é constante em algumas escolas, os alunos não aprenderem nem o básico dos valores humanos e educacionais, para então, poderem viver bem em sociedade. Infelizmente, o ensino-aprendizagem está muito fragilizado, passivo, fragmentado, e precisa sim, de uma reestruturação na aprendizagem escolar de todos os alunos. A carga horária para atividades comemorativas no contexto escolar deve ser levada em conta, isto é, precisa ser diminuída, pois, se refletirmos um pouco sobre tantas comemorações o ano todo, chegaremos à conclusão, que a escola não precisa comemorar cada data festiva, como destacada no calendário tradicionalmente.

Na estruturação do currículo é importante a apropriada administração do tempo: da escola, no que diz respeito ao cumprimento do ano letivo, do aluno, otimizando a utilização de sua permanência no ambiente escolar; e do professor, para o correto aproveitamento da carga horária de seu contrato de trabalho. Além disso, é necessário distribuir, ao longo dos diferentes anos letivos – seja qual for a organização adotada na escola, em séries semestrais, anuais, por ciclos, etapas ou módulos – os conteúdos programáticos, a planejada complexificação de atividades e a crescente autonomia dos alunos no desenvolvimento de tarefas, aquisição de habilidades e demonstração de competências (BRASIL, 2006).

A escola quando segue passo a passo o calendário tradicional, e uma grade curricular baseada em conteúdos e disciplinas isoladas, causa á impressão, que tal escola pouco se preocupa, ou se quer, reflete sobre a aprendizagem e as dificuldades encontradas no ensino dos alunos, como também, no desenvolvimento científico, social, cultural, e ativo dos discentes na sociedade, pois além de atividades comemorativas, os discentes precisam primeiramente de um ensino-aprendizagem concreto, significativo, qualitativo, democrático, autônomo e inclusivo nos diversos contextos sociais.

O currículo escolar quando bem elaborado pela comunidade escolar, este busca atender há diversidade cultural presente na escola, e ao mesmo, oferece um conjunto significativo de conhecimentos, o qual deve ser compreendido de maneira democrática no contexto escolar, pois quando o currículo apresenta conteúdos passivos, certamente, é porque a escola também é passiva frente ao processo de aprendizagem. A escola deve lutar incansavelmente pela formação da consciência humana, científica, e não apenas desempenhar a tarefa de preparar os discentes para ás necessidades do mercado de trabalho, pois nessa ênfase do trabalho, a escola não é capaz de formar seus alunos para a cidadania, nem mesmo, oportuniza aos educandos, o entendimento e a compreensão de seus direitos e deveres enquanto pessoas humanas.

Sobre essa questão, Wihby, Favaro e Lima (2007, p. 13) propõem:

A luta pela garantia de uma escola pública da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais, que supere os projetos pedagógicos capitalistas, o paradigma do mercado aplicado á educação, indo além da função de preparar para o mercado de trabalho ou universidade. O objetivo deve ser o de assegurar aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos sistematizados, ou seja, da ciência, propiciando o desenvolvimento de uma concepção mais elaborada de mundo, que possibilite sua compreensão, a apreensão de suas múltiplas e complexas dimensões, para uma atuação humana mais racional e consciente.

Nesse sentido, analisa-se que currículo escolar deve ser mais bem elaborado na escola, pois o currículo é um conjunto de conhecimentos em prol ao ensino-aprendizagem dos educandos, e quando o mesmo é bem planejado, organizado e elaborado coletivamente por todos no contexto escolar, certamente os conhecimentos serão muito mais abrangentes, qualitativos e gratificantes para todos que fazem parte do processo do aprender-aprender. O que se analisa muitas vezes são instituições escolares que não sabem fazer um bom uso do currículo escolar, onde acabam desvalorizando o mesmo, ou fragmentando-o. Contudo, a escola passiva que não valoriza o currículo como fundamental na práxis pedagógica, obviamente não consegue formar cidadãos críticos, não humaniza, não sensibiliza para com o respeito ás diferenças, nem ativa o pensamento crítico/ reflexivo dos discentes, assim como não atende aos interesses da comunidade, e muito menos, dos alunos em processo de aprendizagem e conhecimento.

Diante desse fato, pode-se afirmar, que quando há na escola um ensino-aprendizagem sem estratégia, sem estrutura e sem reflexão para o desenvolvimento humano, certamente tal ensino, deve ser excluído totalmente da escola e da vida de todos que compõem o espaço formal.

**Paleolítico**

**Mesolítico**

**Neolítico**

**Idade dos Metais**

**Período Paleolítico**

No Paleolítico, os primeiros seres humanos eram nômades, não tinham local fixo para morar porque estavam se deslocando de um lugar para o outro, procurando melhores condições para viver. Eles praticavam a caça, a pesca e a coleta de frutos. Esse período é conhecido como Idade da Pedra Lascada, por causa da produção de objetos lascados em pedras.

No final do Paleolítico, ocorreu a descoberta e o controle do fogo. Dessa forma, os humanos poderiam caçar à noite, cozinhar os alimentos, espantar animais selvagens e se proteger do frio.

**Período Mesolítico**

Entre o Paleolítico e o Neolítico, o período do Mesolítico foi o momento de transição e de transformações significativas para os hominídeos. A formação geográfica do planeta Terra foi concluída, e as modificações no ambiente promoveram a sedentarização de alguns grupos, fixando-se em determinadas regiões férteis.

**Período de Neolítico**

Alguns estudiosos consideram o período do Neolítico como uma revolução por conta do aprofundamento das relações entre o ser humano e o meio ambiente. A principal característica desse período da Pré-História foi a prática da agricultura. Os grupos que se sedentarizaram e se tornaram agricultores utilizavam da terra para sobreviver. Eles se tornaram produtores de alimentos. Foi nesse momento que o artesanato se desenvolveu por meio da produção de utensílios domésticos feitos de palha ou argila para armazenar a produção excedente.

**Idade dos Metais**

Por fim, o último período da Pré-História é a Idade dos Metais. Por volta do ano 6 mil a.C., os metais foram utilizados para a confecção de armas e outros instrumentos. Surgia a figura do artesão, aquele que trabalhava especificamente na produção de objetos feitos dos metais.

Além disso, as primeiras aldeias agrícolas aumentaram a população e se tornaram os primeiros aglomerados urbanos da história. A organização social se tornou mais complexa, e novas formas de trabalho foram surgindo das demandas do momento.

**Homem pré-histórico**

Ao surgir no planeta Terra, há, aproximadamente, 4 milhões de anos, o ser humano procurou se adaptar ao ambiente em que vivia. Observava os animais e a natureza que o cercavam. Se tinha alguma necessidade, logo procurava satisfazê-la. O homem pré-histórico percebeu que, sozinho, não poderia sobreviver. Por isso, buscou unir-se com outros homens para caçar animais de pequeno e médio porte, compartilhar experiências e os primeiros ritos religiosos. Eles eram nômades, estavam em constante busca por lugares melhores para sobreviver.

Quando um animal era abatido, os grupos não apenas consumiam a carne, mas utilizavam toda a carcaça. A pele era retirada e servia de agasalho para os dias mais frios. Os ossos maiores, lascados nas pedras, tornavam-se objetos pontiagudos e serviam de armas. Já os ossos menores serviam de colares para recordar as caças bem-sucedidas do passado. No primeiro momento da Pré-História, tudo era compartilhado com o grupo.

**Arte na Pré-História**

A arte na Pré-História é denominada arte rupestre. Os hominídeos tinham o hábito de fazer desenhos nas paredes das cavernas representando animais selvagens que foram capturados ou que desejavam capturar. Principalmente no período do Neolítico, os objetos de cerâmica também eram locais para pinturas, representando cotidiano dos primeiros agrupamentos humanos. Estudiosos se basearam nessas produções artísticas para iniciar os estudos sobre a Pré-História. Para saber mais informações acerca das produções artísticas dessa época, leia: Arte na Pré-História.

**Trabalho na Pré-História**

Desde o período do Paleolítico que os primeiros grupos humanos dividiam seus trabalhos. Aos homens cabia a função de caçar animais e pescar peixes, enquanto as mulheres, além de cuidar dos filhos recém-nascidos, faziam a coleta dos frutos.

No último período da Pré-História, a Idade dos Metais, surgiu a figura do artesão, o trabalhador que se especializou na extração dos metais e na confecção de armas. Além disso, os artesãos também faziam objetos de cerâmica para armazenar a produção excedente.

**Pré-História no Brasil**

Quando os portugueses desembarcaram no Brasil, em 22 de abril de 1500, não encontraram um território desabitado. Já existiam inúmeras tribos espalhadas pelo litoral e no interior. A organização social dessas tribos era diferente dos europeus, e o choque cultural foi o primeiro empecilho entre o colonizador e os primeiros habitantes daquele continente, batizado de América.

A chegada dos primeiros habitantes ao Brasil começou logo após os primeiros agrupamentos humanos atravessarem o Estreito de Bering, na fronteira entre a Sibéria e o Alasca, fugindo do frio. As tribos se espalharam por todo o continente americano vindas desse estreito ou por barcos oriundos da Oceania. Conforme estudos arqueológicos, a presença humana no Brasil começou há 12 mil anos, ou seja, é uma ocupação recente. Os primeiros habitantes eram caçadores-coletores, agricultores e povoaram o litoral.

Os vestígios dessa primeira presença humana no Brasil estão presentes em sítios arqueológicos localizados:

- na Serra da Capivara, no Piauí;
- em Lagoa Santa, Minas Gerais; e
- em Caatinga de Moura, Bahia.

Esses locais guardam também pinturas rupestres dentro das cavernas por onde passaram os primeiros habitantes do nosso país.

**Curiosidades sobre a Pré-História**

O fóssil mais antigo do Brasil, batizado de Luzia e datado de 12.500 a 13 mil anos, foi encontrado em Lagoa Santa, Minas Gerais.

A descoberta e o controle do fogo permitiram aos homínidos saírem em caçada durante a noite para capturar suas presas.

**Resumo sobre a Pré-História**

A Pré-História é dividida em Paleolítico, Mesolítico, Neolítico e Idade dos Metais.

O ser humano da Pré-História teve que se adaptar ao meio ambiente para sobreviver, transformando-se, ao longo do tempo, de nômade caçador a sedentário agricultor.

A arte na Pré-História deu-se com as pinturas nas cavernas e em objetos de argila, representando o cotidiano e as primeiras creanças dos homínidos.

O trabalho era dividido desta forma: os homens realizavam a caça e a pesca, e as mulheres coletavam frutos e cuidavam dos filhos.

A Pré-História no Brasil começou há 12 mil anos, e os primeiros habitantes eram caçadores e agricultores.

Fonte: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/prehistoria.htm>

**HISTÓRIA DO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA E A HISTÓRIA DO BRASIL – DA OCUPAÇÃO INDÍGENA AO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

A identidade brasileira<sup>1</sup> foi decorrente de um processo de construção histórica, como em diversos outros países. Mesmo tendo se iniciado após a Independência, em 1822, o processo de constituição da identidade nacional ganhou um impulso maior após a década de 1930, quando Getúlio Vargas chegou ao poder. A partir disso, pôde-se perceber que a construção da identidade, para além de um processo cultural, era também um processo político.

Os esforços para se constituir a identidade brasileira, que também é chamada de brasilidade, estão ligados à necessidade de uma coesão social que acompanhe a existência de um Estado que administra todo o território nacional.

Para a existência da identidade nacional o fato de a língua portuguesa ser comum a todo o território, apesar de suas particularidades regionais, ela seria então um elemento no conjunto de elementos culturais comuns que são constitutivos da cultura nacional.

Durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial, não houve grandes avanços na construção da identidade nacional, a não ser a formação de forças repressivas militares para garantir a ordem latifundiária e escravocrata em todo o território nacional. Os conflitos separatistas provinciais das décadas de 1830 e 1840 eram um obstáculo à integralidade territorial e também à coesão social do país recém-independente.

A forma com que esses conflitos foram reprimidos permite perceber que a violência repressiva do Estado contra conflitos sociais que pretendiam alterar a ordem vigente passou também a ser constitutiva da identidade nacional. A cultura da violência es-

1 Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/a-identidade-nacao-brasileira.htm> Acesso em 19.03.2022

tatal permeou desde o início a formação da identidade nacional.

Já durante a Regência houve outros esforços nesse processo de construção identitária. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838 foi o primeiro passo na tentativa estatal de refletir sobre temas que estariam relacionados à nação brasileira.

No âmbito da Literatura, o surgimento do Romantismo buscou também contribuir com a construção dessa identidade. As obras de José de Alencar foram um exemplo de aliar a imagem da nação brasileira às suas belezas naturais, como também a mitificação do indígena como componente principal da nação brasileira. Esse trabalho literário e cultural buscava criar uma interpretação genuinamente brasileira, afastada das influências estrangeiras.

A Proclamação da República e o federalismo instituído na administração do Estado espelharam um fortalecimento de movimentos culturais regionais, principalmente os ligados à decadente aristocracia das regiões não afetadas pelo crescimento econômico de início do século XX. Destacamos como exemplo o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre, publicado em 1926.

**HISTÓRIA AFRICANA E SUAS RELAÇÕES COM A EUROPA E A AMÉRICA**

**REINOS AFRICANOS E ESCRAVOS NO PERÍODO COLONIAL**

**Continente Africano**

A África está dividida pelo deserto do Saara em duas regiões. Considerado o maior deserto quente do mundo, o Saara atravessa dez países na direção leste-oeste<sup>2</sup>.

A **África setentrional** é assim conhecida por se localizar ao norte do deserto. A África subsaariana é a região localizada ao sul do Saara. Na África setentrional, surgiram e desenvolveram-se civilizações bem diversas, como a dos egípcios e a dos cartagineses.

A ocupação da África subsaariana, por sua vez, foi afetada por fatores de ordem geográfica e ambiental: solo pouco fértil para o cultivo agrícola e grandes áreas cobertas por florestas, por exemplo. A abundância de terras, aliada à baixa densidade demográfica, contribuiu para que, até o século XV da Era Cristã, prevalecessem na África subsaariana povos dedicados à caça e à coleta de alimentos.

Paralelamente, algumas populações se sedentarizaram, constituindo sociedades que exerceriam grande influência na história do continente.

**Organização Política e Social**

Algumas sociedades africanas antigas formaram grandes reinos. Outras eram agrupamentos muito pequenos de caçadores e coletores, que plantavam visando apenas ao sustento do grupo. No entanto, todas se organizavam com base na fidelidade ao chefe e nas relações de parentesco. Os casamentos tinham a função de garantir e consolidar as alianças entre os grupos. Quanto mais mulheres os homens tivessem, mais amplos seriam os laços de solidariedade e fidelidade.

Quanto mais pessoas um chefe tivesse sob sua dependência e proteção, mais sólida seria sua posição e maiores o seu poder e o seu prestígio. A forma mais comum de organização das sociedades eram as aldeias. Todos os integrantes eram subordinados ao chefe da aldeia, ainda que cada família do povoado tivesse

2 Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

seu próprio líder. O chefe era o responsável pelo bem-estar de todos os que viviam na aldeia. Para isso, recebia parte do que os habitantes produziam. Ele era auxiliado por um conselho composto pelos líderes de cada família.

Várias aldeias podiam estar articuladas umas às outras, formando uma espécie de confederação, que prestava obediência a um conselho de chefes.

Além das confederações de aldeias, havia reinos, que eram sociedades com uma capital, na qual morava um chefe ainda mais poderoso, com autoridade sobre todos os outros chefes. Nas capitais havia concentração de riqueza e poder, de pessoas, de oferta de alimentos e serviços. E existiam ainda sociedades organizadas em cidades, mas não chegavam a formar um reino. Por trás de seus muros, funcionavam os mercados, moravam os comerciantes e os vários chefes, que tinham diferentes atribuições e viviam em torno do rei.

#### Reino de Axum

Os primeiros habitantes do reino de Axum, no território da atual Etiópia, eram originários do sul da península Arábica. No século VII a.C., já dominavam a agricultura e a criação de bois, ovelhas, cabras e cavalos. Provavelmente conheciam o arado e tinham uma escrita de caracteres semíticos.

Com o passar dos séculos, seus primeiros acampamentos e aldeias cresceram e se transformaram em centros comerciais. A cidade de **Adúlis**, no litoral do mar Vermelho, por exemplo, tornou-se um movimentado porto. Mas foi na cidade de Axum, no planalto etíope, onde se desenvolveu um intenso comércio de marfim, plumagens variadas, obsidiana, ouro e sal no início da Era Cristã.

A atividade comercial levou a cidade a enriquecer e a se expandir, conquistando territórios vizinhos. Inicialmente, ao se constituir como reino, ocupava cerca de 48 mil quilômetros quadrados. Com o processo de expansão, Axum dominou territórios na península Arábica: logo passou a controlar o tráfico de mercadorias do interior para o litoral do mar Vermelho e o comércio entre o vale do rio Nilo e a cidade de Adúlis.

Sua prosperidade cresceu a tal ponto que, na segunda metade do século III, os axumitas começaram a cunhar moedas de ouro, prata e cobre.

A característica religiosa dominante do reino de Axum era o **politeísmo** até o século IV, quando o rei Ezana foi o primeiro a se converter ao cristianismo. A partir de então, a população de Axum tornou-se predominantemente cristã. Alguns séculos depois, os muçulmanos (em processo de expansão), a pretexto de combater a pirataria no mar Vermelho, dominaram e destruíram o porto de Adúlis. Gradativamente, o reino de Axum se enfraqueceu até desaparecer, devido a novas invasões muçulmanas.

#### Reino de Sahel

O **Sahel** é a faixa de terra na África entre o deserto do Saara, ao norte, e a floresta tropical úmida, ao sul. Os primeiros assentamentos ali ocorreram entre 600 a.C. e 200 a.C., junto a oásis e rios. Surgiram depois aldeias, cidades, e o comércio se expandiu.

Essas comunidades se tornaram mais complexas com o tempo e se transformaram em Estados governados por um rei. O desenvolvimento comercial permitiu que alguns desses Estados se tornassem mais ricos e poderosos e passassem a dominar seus vizinhos mais fracos, dando origem a reinos como **Gana** e **Mali**.

#### O ouro de Gana

Localizado onde hoje se situa a Mauritânia, o reino de Gana surgiu por volta do século IV e ficou conhecido em razão de sua produção de ouro. Nessa região, a extração aurífera era tão grande que, ao longo da Idade Média, Gana se tornou o principal fornecedor do metal ao mundo mediterrâneo. Esse posto só foi perdido no século XVIII, quando começou a chegar à Europa o ouro do Brasil.

Ao contrário de outros impérios, o Reino de Gana não tinha fronteiras delimitadas. A força de um reino não era estabelecida pela extensão de seu território, mas pela quantidade de pessoas, grupos humanos, aldeias e cidades que estivessem sob seu controle, que pagassem tributos ao soberano e fornecessem soldados e funcionários à corte.

O reino dispunha de duas capitais. Em Koumbi Saleh, no sudeste da Mauritânia, ficavam os mercadores muçulmanos do norte da África; na outra - ainda não encontrada pelos arqueólogos -, viviam o rei e sua corte.

Segundo relatos de viajantes do século XI, o ouro aparecia com abundância nas pulseiras e colares do gana (o soberano), nas espadas e escudos dos soldados e até nas coleiras dos cães de guarda do palácio real. No início do século XII, fatores como a desertificação do Sahel, consequência da prática intensiva do pastoreio, e o surgimento de novas zonas auríferas fora do domínio de Gana contribuíram para o enfraquecimento do reino, que acabou conquistado por outros povos africanos.

#### Mali (Reino Muçulmano)

Na época em que Gana perdia sua influência sobre os povos da África ocidental, começava a ganhar importância o reino de Mali. Até o século XII, o povo mandinga que habitava a região permaneceu vassalo do Reino de Gana. Por volta de 1230, um guerreiro conhecido como Sundiata Keita reuniu sob seu comando diversos clãs vizinhos e se estabeleceu como soberano do Mali, adotando o título de **mansa** (rei).

Ao expandir seu território, o Mali passou a dominar áreas que iam desde o Atlântico (onde hoje ficam Senegal e Gâmbia) até o rio Níger. Controlava, assim, grandes jazidas de ouro e importantes rotas transaarianas de comércio. Seguidores do islamismo, os soberanos do Mali faziam peregrinações a Meca, cidade sagrada dos muçulmanos.

Por causa dessas viagens, houve várias trocas culturais entre o povo de Mali e os do Oriente Próximo. Aproximadamente em 1320, no governo do mansa Kankan Musa, a cidade de Tombuctu era considerada um centro de estudos islâmicos e muitos estrangeiros se mudaram para lá. Após a morte do mansa Musa, em 1337, o reino sofreu invasões e entrou em declínio. Quando os portugueses ali chegaram, no final do século XV, o Mali em nada lembrava a importância que tivera no passado.

#### Civilização Iorubá

O termo iorubá refere-se a vários povos subsaarianos unidos por laços linguísticos e culturais - efãs, ijexás, egbás, entre outros. De acordo com evidências arqueológicas, os ancestrais iorubás ocupavam, desde a Pré-História, a confluência entre a zona da floresta e a bacia do rio Níger, onde hoje fica o sudoeste da Nigéria e a divisa entre Benin e Togo.

Nessa região, os iorubás criaram uma civilização caracterizada pela articulação de diversas cidades e aldeias, que formavam reinos independentes, com seu próprio **oba** (chefe) e suas tradições religiosas. O aspecto comum a todos os iorubás era a crença de que tinham a mesma origem divina. Segundo a tradição oral, o deus supremo era Olorum (ou Olodumaré).